

Curso Completo de Planejamento das Contratações de Compras e Serviços na Administração Pública

Apresentação

A história recente do Brasil, notadamente após o processo de redemocratização ocorrido no final da década de 1980 e a aprovação da atual Constituição Republicana, demonstra a evolução do país em muitos aspectos. Apesar desses avanços, a federação brasileira tem pela frente desafios colossais para completar a transição entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento e cumprir os demais objetivos delineados no art. 3º de nossa Carta Magna: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem quaisquer formas de discriminação.

A melhoria da governança pública nos municípios, nos estados e na União, é o grande desafio do Brasil. Uma premissa para que sejam superados os demais desafios há pouco mencionados parte do planejamento adequado das ações relativas às contratações públicas.

O controle de riscos surge como um dos principais instrumentos de planejamento das contratações, na medida em que põe o agente público a refletir antecipadamente sobre os efeitos eventualmente negativos do projeto de aquisição.

Não são raros os casos em que os órgãos realizam contratações discrepantes ou aquém do seu real objetivo; ou ainda aqueles em que o objeto, a despeito de atender aos objetivos, quanto ao elemento técnico, apresentam sérios problemas relacionados à execução dos contratos.

No presente curso serão abordados todos os aspectos que envolvem o planejamento das contratações governamentais, com ênfase no gerenciamento dos riscos sobre o processo de contratação de modo a dotar o agente público das ferramentas necessárias à plena satisfação do interesse público.

Principais Destaques

- Entendimento completo sobre a IN 05/2017/MPDG
- Conteúdo do Projeto Básico/Termo de Referência
- Boas práticas nas aquisições: banco de marcas pré-qualificadas e indicação direta de marcas
- Boas práticas na contratação de serviços: cuidados no Termo de Referência para evitar a terceirização de serviços ilegítima;
- Gerenciamento de riscos: estudo sobre todas as etapas e entrega de modelos de matrizes de riscos;
- Planejamento do uso do sistema de Registro de Preços
- Apuração do valor estimado e estipulação do valor máximo da contratação
- Medidas a serem adotadas para evitar o “jogo de planilha” nas propostas
- Planejamento das contratações com aplicação da LC 123/2006;

Objetivos

Espera-se que ao final do curso os participantes possam:

- Elaborar e padronizar a elaboração de Projetos Básicos e Termos de Referência;
- Conhecer o perfil desejável e as atribuições do gestor de contrato e desenvolver postura pró ativa e ética
- Planejar e monitorar as despesas referentes ao contrato sob sua responsabilidade ou os que eventualmente venham a controlar
- Exercer controle permanente dos contratos
- Levantar e fornecer informações gerenciais
- Conhecer a importância do gerenciamento eficaz de contratos de terceirização

- Conhecer as etapas do processo de contratação
- Conhecer e aplicar as dimensões éticas, comportamentais e gerenciais na sua área de atuação
- Ter instrumentos técnicos básicos para exercer sua atividade
- Fornecer subsídios para as áreas envolvidas no processo de contratação

Público Alvo

Os destinatários diretos do trabalho a ser desenvolvido são:

- Servidores responsáveis pela montagem do TR, gestão e fiscalização de contratos e/ou convênios;
- Ordenadores de despesa, assessores jurídicos e auditores
- Engenheiros, arquitetos, analistas de sistemas e outros profissionais que atuam como fiscais de contratos; e,
- Outros servidores públicos que se atuam indiretamente no gerenciamento dos contratos ou no processo de contratação tais como pregoeiros, membros das Comissões Permanentes e Especiais de Licitação;

Conteúdo Programático

Módulo I – O planejamento da contratação na IN 05/2017

Alinhamento conceitual

- Dever geral de licitar, dispensa e inexigibilidade de licitação
- Princípios constitucionais e específicos;
- Ciclo de vida do processo de contratação
- Aplicação da IN 05/2017 para as aquisições e obras
- Aplicação conjunta da IN 01/2019/ME para contratação de soluções de TI
- Aplicação conjunta com a Lei 13.303/2016 para as contratações das Estatais

Novo modelo de planejamento

- Etapas da contratação: planejamento; seleção do fornecedor e gestão do contrato;
- Principais definições do ANEXO I da IN 05/2017;
- Atividades que compõe o planejamento da contratação:
 - Estudos preliminares;
 - Gerenciamento de riscos;
 - Termo de Referência/Projeto Básico
- Estudos preliminares:
 - Procedimentos iniciais;
 - Componentes da justificativa da contratação
 - Indicação do agente ou equipe que se responsabilizará pelas etapas da contratação;
 - Requisitos mínimos do documento que consolida os Estudos Preliminares
- Governança Pública
 - Origem da Governança no setor privado e migração para o setor público
 - Distinção entre governança, gestão e *compliance*
 - Princípios básicos de governança para o setor público
 - Marco constitucional e infraconstitucional da Governança Pública
 - Atores da governança no setor privado e no setor público
 - Diretrizes, níveis de análise e mecanismos de governança
 - Conflito de agência e *accountability*
 - Relações de *accountability* no setor privado, no setor público e dentro da organização

Módulo II – Estrutura do Termo de Referência/Projeto Básico, segundo a IN 05/2017

- Estrutura básica
 - requisitos indispensáveis

- Justificativa da contratação: elementos necessários
- Identificando a natureza do objeto nas compras e serviços
 - Bens e serviços “comuns”; não “comuns” e singulares
- Modalidades e tipos de licitação;
 - Quando é aplicável o tipo técnica e preço?
 - Quesitos pontuáveis e não pontuáveis segundo o entendimento do TCU
 - Itens que admitem aquisição em conjunto
 - Entendimento do TCU sobre o agrupamento de itens “por lote”
- Especificando materiais:
 - Os principais elementos da especificação
 - Desempenho mínimos e taxativos,
 - Unidade de medidas,
 - Formas de apresentação e quantificação;
 - A possibilidade incluir itens acessórios ao objeto;
 - Principais defeitos nas especificações
 - Responsabilidade do setor técnico na formulação das especificações.
- Especificando serviços:
 - Definição de serviço e de compra: distinção entre obrigação de dar e obrigação de fazer
 - Participação de cooperativas de serviço
 - O plano de trabalho, de acordo com a IN 03/2009
 - Classificando o objeto de natureza continuada;
 - Periodicidades e metodologias de execução
 - Procedimentos nos principais serviços: limpeza, vigilância, transporte, manutenção de equipamentos
 - Descrição qualitativa dos uniformes, EPI, materiais e equipamentos
 - Orientações segundo a IN 01/2010
- A terceirização no serviço público
 - Conceito e formas de terceirizar;
 - Limitações à terceirização no serviço público
 - Índice de produtividade e quantificação de profissionais
 - Construção do perfil profissiográfico dos terceirizados
 - Fixação dos salários dos empregados terceirizados
 - Entendimentos do TCU sobre a terceirização

Fixação dos critérios de habilitação técnica e de aceitabilidade de proposta

- Documentos de habilitação que devem ser informados no PB/TR
 - Documentos obrigatórios e dispensáveis;
 - Em que casos se pode exigir registro em entidade profissional competente;
 - Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional
 - Fixando as parcelas de maior relevância;
 - Relação de equipamentos e instalações mínimas e equipe técnica mínima: quando e como adotar
- Critérios de aceitabilidade das propostas;
 - Exigência de amostra: entendimento do TCU sobre a matéria
 - Casos em que será possível indicar normas ABNT e/ou INMETRO;
 - Exigência de folhetos e catálogos;
 - Cuidados a serem tomados para evitar compra de equipamentos ou produtos de procedência duvidosa

Fixação das cláusulas contratuais de natureza operacional

- Estabelecendo o regime de execução
 - Empreitada por preço global, por preço unitário, tarefa e empreitada integral
 - Especificando as unidades de medição;
- Da Subcontratação
 - Conceito

- Apontando as parcelas a serem destinadas à subcontratação;
- Aspectos da fiscalização do contrato a serem dispostas no TR/PB
 - competências do fiscal, do gestor e do ordenador de despesa;
 - Ferramentas para a eficaz fiscalização do contrato;
 - Fixando causas especiais de rescisão contratual.

Paradigmas da Terceirização

- Características da terceirização:
 - a definição do objeto terceirizável
 - elementos que caracterizam o vínculo empregatício a serem evitados;
- Principais Vedações aos contratos de terceirização:
 - Relações de subordinação, benefícios que não podem ser pagos pela Administração, indicação dos colaboradores terceirizados
 - Limites à vinculação a acordos coletivos de trabalho
- A delicada questão da definição dos salários dos empregados terceirizados: piso mínimo X fixação por critério da Administração
- Serviços passíveis de contratação:
 - A utilização do CBO na definição das funções a serem contratadas;
 - Atividades que não comportam terceirização (IN 05/2017, art. 9º);
 - Serviços que podem ser executados por Sociedades cooperativas
 - Conceito de serviço “comum”;
 - Conceito de serviço contínuo;
 - Conceito de serviço em regime de dedicação exclusiva
 - Conceito de serviço “por escopo”

Planejamento da contratação pelo SRP

- Características do sistema de Registro de Preços:
 - Demonstração de vantagem econômica em relação ao formato tradicional de contratação
 - a definição dos quantitativos mínimos e máximos, lotes mínimos e cronograma de entrega
 - a falsa ideia de que a Administração não está obrigada a contratar as quantidades registradas;

Planejamento da contratação pela LC 123/2006

- Análise da LC 123/2006 e as alterações da LC 147/2014 e do Decreto 8.538/2015
- Regras específicas de tratamento diferenciado: empate ficto e regularidade fiscal
- Licitações exclusivas/subcontratação/cotas reservadas
- Vedações ao tratamento diferenciado
- Aplicação nas contratações diretas (dispensa e inexigibilidade de licitação)

Módulo III – Requisitos para apuração do valor referencial da contratação

Pesquisa de Mercado e Estimativa de Preços nas Compras

- impacto das modificações introduzidas pela IN 03/2017/MPDG
- quais as fontes idôneas para formular a pesquisa de preços
- qual o mínimo de cotações
- falhas mais frequentes na pesquisa
- posicionamento atual do TCU sobre a pesquisa de preço
- pesquisa *in loco* (em balcão) e por telefone: é possível?
- o uso de tabelas e publicações oficiais
- é viável utilizar os preços do contrato anterior, aplicando índices de inflação para atualizar o preço de mercado?
- obrigatoriedade de divulgação dos valores estimado e máximo: no edital ou no processo?

Pesquisa de Mercado e Estimativa de Preços na contratação de Serviços Terceirizados

- o uso das planilhas de custo como fonte de coleta de dados
- como pesquisar de preços de equipamentos, materiais, insumos, uniformes e EPIs
- pesquisa de preços dos salários das categorias que será utilizadas no serviço

- Possibilidade de fixação dos salários dos profissionais envolvidos no contrato em patamar acima do piso mínimo da categoria: hipóteses e parâmetros

Módulo IV – Do Gerenciamento de Riscos das Contratações

- Conceito de risco em projetos
 - Porque controlar os riscos nas aquisições
 - Importância estratégica das aquisições nas políticas públicas
 - Metaprocessos das contratações públicas
 - Componentes dos riscos
 - Distinção entre restrição, risco, problema e oportunidade
 - Espécies de riscos: riscos evitáveis, transferíveis, secundários e residuais
- Comportamento oportunista do agente fornecedor
 - Origens e efeitos diretos no processo de aquisição
- Gerenciamento de riscos
 - Fluxo do processo de gerenciamento de riscos
 - A quem compete o gerenciamento dos riscos nas aquisições
 - Fases do processo de gerenciamento dos riscos
- O PASSO A PASSO DA GESTÃO DE RISCOS -
 - Identificação dos riscos
 - Fontes de consultas idôneas
 - Metodologias para identificação dos riscos
 - Análise qualitativa dos riscos
 - Tabelas de mensuração da probabilidade e intensidade do impacto dos riscos
 - Análise quantitativa dos riscos
 - Fórmulas para análise quantitativa dos riscos
 - Tabela de riscos identificados
 - Planejamento das respostas aos riscos
 - Requisitos da atividade de planejamento das respostas aos riscos
 - Identificação dos responsáveis pela implementação das respostas aos riscos
 - Elaboração da matriz de riscos
 - Fluxo do sub-processo de planejamento das respostas aos riscos
 - Verificação da probabilidade e impacto dos riscos secundários
 - Controle contínuo e reavaliação dos riscos

Instrutor

Luiz Claudio de Azevedo Chaves

Graduado em Administração e Direito, Especialista em Direito Administrativo. Professor Convidado da Fundação Getúlio Vargas-FGV/PROJETOS e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC-RIO, além de diversas instituições de ensino e Escolas de Governo do País, dentre as quais destacam-se: Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, Escola de Administração Judiciária – ESAJ/TJRJ, Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR/IBAM. Membro convidado do Comitê Nacional de Revisão da Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos) da ABNT. É autor das seguintes obras: Licitações e Contratos da Administração Pública-Legislação Básica Reunida, Expressão Gráfica, 2009; Curso Prático de Licitações, os segredos da Lei 8.666/93, Lumen Juris, 2011; Diálogos de Gestão – Novos ângulos, Várias Perspectivas, Ed. JML, 2013; Licitação Pública, Compra e Venda governamental Para Leigos, Alta Books, 2016; e, A atividade de planejamento e análise de mercado nas contratações governamentais – Estudo sobre a atividade de planejar e pesquisar preços de mercado, Ed. JML, 2018. É articulista nos seguintes periódicos: Revista do Tribunal de Contas da União, ed. TCU; Revista RJML de Licitações e Contratos, ed. JML; BLC-Boletim de Licitações e Contratos, ed. NDJ; ILC-Informativo de Licitações e Contratos, ed. ZÊNITE; Revista Infraestrutura Urbana, ed. PINI; Revista dos Municípios, ed. IBAM; e, Revista do Administrador Público, ed. Governet. Sua experiência profissional nas mais diversas funções ligadas às contratações públicas exercidas ao longo de mais de 25 anos junto Tribunal de Justiça/RJ, onde é servidor do quadro efetivo, aliado a seu elevado

conhecimento técnico o credenciam como um dos mais expoentes conferencistas em temas do Direito Administrativo

Data: 18, 19 e 20 de setembro de 2019.

Horário: 8:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00.

Cidade: São Paulo - SP

Local: SPAX – Avenida Paulista, 967 – 1º e 2º Andar – Bela Vista

Incluso: Pasta em couro ecológico, Apostila, Caneta com marca texto, Certificado, Coffee Break e o ebook **“A Atividade de Planejamento e Análise de Mercado nas Contratações Governamentais” – Luiz Cláudio de Azevedo Chaves.**

Carga Horária: 24 h/a.

Investimento: R\$ 2.880,00

Contato: 0800 724 7720 ou 67 3348 3300.

E-mail: supercursos@supercia.com.br ou contato@supercia.com.br.

Dados para Empenho:

Supercia Capacitação e Marketing Ltda.

CNPJ: 11.128.083/0001-15

Av. Eduardo Elias Zahran, 420 - Jardim Paulista – Campo Grande - MS - 79050-550

Certidões Negativas: <http://www.supercia.com.br/certidoes>

Dados Bancários:

Banco do Brasil: Ag. 2936-X c/c: 132867-0

Importante:

Política de cancelamento ou adiamento de inscrições de cursos:

Por Iniciativa da **SUPER CURSOS**: o curso poderá ser cancelado ou adiado por falta de quórum ou outras razões, com 24 horas de antecedência da data prevista para seu início.

Cursos Presenciais - A **SUPER CURSOS** não se responsabiliza por quaisquer outros valores que eventualmente tenham sido gastos pelo participante, seja a que título for, tais como passagens aéreas, rodoviárias, combustível, hospedagem etc.

Por Iniciativa do Participante: O cancelamento deverá ser solicitado até 48 horas de antecedência do início do curso, após este prazo não haverá devolução do valor pago. Há possibilidade de substituição do participante.